

A educação como chave do sucesso

18 NOV 1996

GAZETA MERCANTIL

Fernando Bezerra *

Quando os estudiosos, não faz muito tempo, começaram a insistir em que as despesas com educação deveriam ser consideradas como investimentos, tanto de parte das empresas quanto dos países como um todo, muitos relutaram em aceitar essa premissa. Hoje, contudo, a tese ganhou aceitação universal. No mundo político, é generalizada a convicção de que, sem conseguirmos estruturar sistema de ensino que eduque para a cidadania, dificilmente lograremos con-

solidar a democracia. E, quanto ao mundo empresarial, a experiência nos tem ensinado que, sem uma rigorosa formação profissional, em todos os níveis, perderemos a batalha da competitividade.

Como se sabe, as empresas contribuem com o denominado salário-educação, cujos recursos constituem o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE), administrado pelo Ministério da Educação. O dinheiro que a União manda para os municípios, destinado à escola fundamental, provém desse fundo. Nas

escolas mantidas diretamente pelas confederações patronais — não me refiro aos cursos técnicos do Senai ou do Senac, mas sim às unidades mantidas pelo Sesi ou pelo Sesc — oferecemos cursos supletivos. Aprendemos por experiência própria que não é possível alcançar novos patamares tecnológicos com trabalhadores que não con-



cluíram o primeiro grau e temo-nos esforçado no sentido de suprir essa lacuna. Contudo, não adianta grande coisa eliminarmos, da massa assalariada, os contingentes insuficientemente alfabetizados se a escola fundamental continua sendo incapaz de reter os seus alunos e os expulsa sem que completem o curso, na proporção de até 70%. Para atender a essa circunstância, a CNI apresentou ao governo, à sociedade e aos próprios empresários, no início de outubro, um documento denominado "Competitividade: Propostas dos Empresários para a Educação", que busca superar esse estado de coisas.

Nossa proposição não decorre apenas da convicção de que, para ganhar a batalha da competitividade, temos de elevar rapidamente os níveis de escolaridade de nossa mão-de-obra, mas igualmente da experiência das nossas escolas. Nas escolas do Sesi, evasão e repetência no primeiro grau, limitam-se a 15%. E note-se que não adotamos nenhum processo especial de seleção. A clientela provém de bairros habitados por trabalhadores de empresas indus-

trial, além de crianças oriundas de famílias de baixa renda residentes nessas mesmas localidades, independentemente dos locais de trabalho dos responsáveis. A todas elas estão assegurados, no mínimo, oito anos de escola. Em contraste com esses níveis de escolaridade nas escolas do Sesi, pesquisa CNI/BNDES/Sebrae revela que apenas 69% dos trabalhadores da indústria têm o primeiro grau completo. Cerca de um terço nem sequer frequentou as oito primeiras séries.

A proposição da CNI vem ao encontro dessas preocupações e versa sobre qualidade na educação básica. Incorpora sugestões das federações de indústrias e de associações empresariais setoriais. Louva-se sobretudo o levantamento realizado pelo Senai na 6ª série das escolas públicas, quando verificamos que aqueles alunos são incapazes de ler e escrever corretamente. Tampouco conseguem expressar-se com clareza e têm dificuldade em dominar as quatro operações básicas da aritmética. Essas deficiências, aliás, vão adiante, obrigando o Senai a complementar sua formação a fim de que tenham a possibilidade de frequentar seus cursos técnicos.

Portanto, a chave parece consistir na conquista de qualidade na educação básica, que é o centro da propo-

sição que lançamos em outubro. Para lançar aquele objetivo entendemos 1º) ser necessário valorizar o professor por meio de melhoria na formação e na remuneração; 2º) introduzir gestão de qualidade nas escolas, pelo fortalecimento dos sistemas de avaliação e modalidades de participação da comunidade no seu gerenciamento; 3º) ampliar os procedimentos de profissional, a fim de acompanhar os avanços tecnológicos; e, finalmente, 4º) obter a colaboração da universidade na formação do magistério para a educação fundamental.

Pesquisa recente do Ibope, patrocinada pela CNI, revela que, embora a maioria desconheça o trabalho que desenvolvemos em matéria educacional, a criação de escolas para trabalhadores e seus familiares corresponderia a uma das mais relevantes contribuições sociais que o empresário brasileiro poderia prestar. Embora não tenhamos tido êxito na divulgação do que temos feito, a nossa experiência deixa-nos convencidos de que o programa educacional que submetemos ao governo e à sociedade como um todo pode vir a congregar os setores mais expressivos da opinião nacional. ■

* Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Senador (PMDB-RN).

